



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

PROJETO DE LEI Nº 362/2025

Reconhece a Linguagem Bajubá (Pajubá) como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Araraquara e dá outras providências.

Art. 1º Fica reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Araraquara a Linguagem Bajubá (também conhecida como Pajubá), enquanto expressão linguística, social e cultural historicamente utilizada pela comunidade travesti, transexual e LGBTQIA+ como instrumento de comunicação, identidade e resistência.

Art. 2º O reconhecimento de que trata esta Lei visa valorizar e preservar a memória, a identidade e as tradições linguísticas e culturais das comunidades que contribuíram para a formação histórica, social e cultural do município.

Art. 3º O poder público municipal poderá adotar medidas de apoio, incentivo, promoção ou difusão da Linguagem Bajubá (Pajubá), observada a legislação vigente e a autonomia das comunidades detentoras desse saber.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões “Plínio de Carvalho”, 29 de outubro de 2025.

FILIPA BRUNELLI



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei propõe o reconhecimento da Linguagem Bajubá (ou Pajubá) como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Araraquara, em consonância com o artigo 216 da Constituição Federal de 1988, que define como patrimônio cultural brasileiro “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

A Constituição também estabelece, em seu artigo 215, que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. Assim, os municípios possuem competência concorrente para legislar e reconhecer oficialmente bens culturais de natureza imaterial que integrem sua história e identidade local.

O Bajubá — também grafado Pajubá — é muito mais que uma gíria: é uma linguagem que emergiu das experiências sociais, religiosas e urbanas das comunidades travestis, transexuais e LGBTQIA+ brasileiras, especialmente nas décadas de 1970 e 1980. Seu léxico incorpora elementos das línguas africanas de matriz iorubá, jeje e bantu, herdadas dos terreiros de Candomblé e Umbanda, mesclando-se com criações urbanas e expressões de resistência.

Durante o regime militar (1964–1985), travestis, pessoas trans e demais LGBTQIA+ foram perseguidos, detidos e violentados sob pretextos morais ou de “vadiagem”. Nesse contexto repressivo, o Bajubá servia como um código de proteção, permitindo que as pessoas se comunicassem sem serem compreendidas pelas forças de repressão, salvando vidas e fortalecendo laços comunitários.

Mulheres travestis que viveram em Araraquara nas décadas de 1970 e 1980 relatam uma realidade de exclusão e expulsão social. Há registros orais e memórias comunitárias sobre uma expulsão em massa de travestis da cidade em 1975, quando a perseguição a corpos dissidentes se intensificou. O Bajubá, nesses contextos, não foi apenas uma forma de comunicação, mas uma ferramenta de sobrevivência frente à violência institucional e social.

Assim como em outras regiões do Brasil, o Bajubá também encontrou em Araraquara terreno fértil para se transformar, moldar e ganhar características próprias. Os terreiros de matriz africana, as pensões, os salões de beleza e os pontos de convivência da comunidade travesti funcionaram como verdadeiros núcleos de produção e transmissão cultural.

Esses espaços foram — e são — fundamentais na preservação da memória LGBTQIA+ e da cultura afro-brasileira, que se entrelaçam no cotidiano da cidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Reconhecer o Bajubá como patrimônio cultural é um gesto de justiça histórica e reparação às travestis, pessoas trans e LGBTQIA+ que resistiram em meio à violência, à exclusão e à marginalização. É afirmar que a cultura da cidade também é feita dessas vozes — muitas vezes silenciadas, mas que criaram, reinventaram e transformaram o modo de existir.

Reconhecê-lo como patrimônio cultural é, portanto, reconhecer Araraquara como cidade plural, democrática e comprometida com os direitos humanos.

Sala de Sessões “Plínio de Carvalho”, 29 de outubro de 2025.

FILIPA BRUNELLI



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

ASSINATURAS DIGITAIS

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Araraquara. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://consulta.camara-arq.sp.gov.br/documentos/autenticar?chave=1T1XJPU704Y69813>, ou vá até o site <https://consulta.camara-arq.sp.gov.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: **1T1X-JPU7-04Y6-9813**